



Carta do Ministro Geral

Mauro Jöhri OFM Cap

REACENDAMOS A CHAMA DO NOSSO CARISMA!

8 de dezembro de 2008

© Copyright by:
Curia Generale dei Frati Minori Cappuccini
Via Piemonte, 70
00187 Roma
ITALIA

tel. +39 06 420 11 710

fax. +39 06 48 28 267

www.ofmcap.org

Ufficio delle Comunicazioni OFMCap

info@ofmcap.org

Roma, A.D. 2016

Sommario

| | |
|--|----|
| Reacendamos a chama do nosso carisma!..... | 5 |
| 1. Algumas urgências do momento..... | 8 |
| 1.1 Onde está o espírito missionário? | 8 |
| 1.2 A missão exige tempo prolongado | 9 |
| 1.3 Trazer no coração um projeto para o povo..... | 10 |
| 1.4 Passar de projetos pessoais a projetos fraternos..... | 10 |
| 1.5 Que os frades trabalhem..... | 11 |
| 2. Qual é a meta última da nossa opção de vida? | 12 |
| 2.1 Uma vida doada..... | 12 |
| 2.2 Seguir as pegadas de seu Filho dileto, nosso Senhor Jesus Cristo | 12 |
| 2.3 A exemplo de Francisco | 13 |
| 3. Quais são os valores a transmitir às novas gerações capuchinhas?..... | 14 |
| 3.1 A escolha da vida fraterna em minoridade..... | 14 |
| 3.2 A dimensão contemplativa | 15 |
| 3.3 Aproximar-se dos pobres..... | 16 |
| 3.4 O carisma da renovação contínua..... | 17 |
| 4. Como transmitir estes valores durante a formação inicial?..... | 19 |
| 4.1 Um caminho de iniciação | 20 |
| 4.2 Acompanhamento personalizado..... | 22 |
| 5. Os tempos do caminho formativo inicial – algumas observações | 25 |
| 5.1 O postulante | 25 |
| 5.2 O noviciado..... | 26 |
| 5.3 O pós-noviciado..... | 26 |
| 6. Pontos firmes..... | 30 |
| 7. Conclusão | 33 |

REACENDAMOS A CHAMA DO NOSSO CARISMA!

CARTA CIRCULAR A TODOS OS FRADES DA ORDEM SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL

(Prot. N. 00766/08)

Reacendamos a chama do nosso carisma!

Caros irmãos,

1. Na Carta programática do início do sexênio¹, no ponto três, anunciava a decisão do Definitório Geral “de constituir um Conselho Internacional da Formação²” para apoiar o Departamento Geral da Formação. Isto para “possibilitar uma visão atualizada do que ocorre no campo formativo, tanto no que se refere à formação inicial quanto à formação permanente”³. A decisão amadureceu em seguida ao Capítulo Geral de 2006 tendo em conta as primeiras experiências que o Definitório Geral teve no contato direto com várias Circunscrições. Depois do primeiro ano de serviço como Ministro Geral e como Definidor, nos fizemos esta pergunta: “O que é mais necessário à nossa Ordem neste momento?” A resposta unânime foi: “a formação”. Por isso quisemos apoiar e incrementar o empenho que houve até agora neste setor e decidimos renovar o Departamento Geral da Formação⁴, que no seu conjunto e nas suas diversas articulações quer cumprir o que está prescrito nas Constituições, 24. O Departamento Geral da Formação é presidido por um Definidor Geral, enquanto acompanhador e natural intermediário entre o mesmo Departamento Geral da Formação e o governo da Ordem. O Secretariado Geral da Formação, composto

¹ *Analecta OFM*Cap 123 (2007), 43-45.

² O Conselho Internacional da Formação foi nomeado em 21/06/2007.

³ *Analecta OFM*Cap 123 (2007), 44.

⁴ O Departamento Geral da Formação é composto pelo Presidente (Definidor Geral), Secretariado Geral da Formação e pelo Conselho Internacional da Formação.

atualmente de quatro frades provenientes de diversas áreas⁵, tem a tarefa de colaborar diretamente com o Ministro Geral e seu Definitório em tudo o que concerne os vários âmbitos da formação (inicial, especial e permanente). Ele tem a tarefa de refletir e de projetar, mas também um papel executivo. Este organismo central da Cúria Geral é de fundamental importância para a vida da Ordem; desejamos vivamente que sua ação, segundo os objetivos previstos pelas Constituições, se desenvolva ainda mais e resulte sempre mais em benefício de toda a nossa Fraternidade. Enfim o Conselho Internacional da Formação colabora com o Secretariado Geral como órgão de consulta e de avaliação.

2. Em minha Carta faço algumas considerações principalmente sobre desafios emergentes no âmbito da formação inicial, mesmo se é mais do que evidente que o discurso poderia ser ampliado sem problemas para a formação especial e a permanente⁶. De fato quando em alguma parte aparece um elemento de fragilidade, pode-se ter certeza de que isto está ligado a uma série de fenômenos que tocam todo o organismo. As incertezas que podem ser encontradas no percurso da formação inicial não são senão um reflexo das incertezas constatadas na vivência quotidiana dos frades. Quando a percepção do carisma se torna incerta, isso repercute no plano de iniciação à nossa vida. É evidente então que se trata de fazer escolhas. Como Definitório Geral optamos por tratar do tema pela porta da formação inicial. Estamos conscientes de que jamais se poderá enfrentar de modo adequado um aspecto da formação sem tocar os outros. Há quem afirme que a crise da formação inicial se deve essencialmente à crise da formação permanente. Faltando um sério caminho de adequação aos valores da vida fraterna evangélica, temos pouco a dizer e ainda menos a exigir de quem empreende o caminho inicial. Isto certamente é verdade. Outros, ao contrário, afirmam que a crise é sobretudo dos formadores, que não sabem muito bem como conduzir sua tarefa e frequentemente dedicam mais tempo a outras incumbências do que à formação⁷. De qualquer parte que se queira iniciar o discurso as interrogativas que me ponho são: sob quais aspectos se deverá insistir para corrigir as tendências problemáticas que logo indicarei? E ainda, em que modo se impostará a formação inicial, para que o candidato à nossa vida

⁵ *Analecta OFM Cap* 124 (2008), 36. O Secretariado Geral da Formação atualmente é composto por: fr. Rocco Timpano (Secretario Geral da Formação), fr. Piero Erik Véliz Valencia, fr. Patrick Crasta e fr. Marek Karol Miszczyński.

⁶ Recordo que as nossas Constituições prevêm três tipos de formação: inicial, especial e permanente.

⁷ *Analecta OFM Cap*, 120 (2004) 1043-1053. Comumente conhecido como Documento de Assis.

descubra, também através do esforço, a beleza inerente à doação total de si mesmo?

3. A nossa Ordem está vivendo uma passagem histórica carregada de conseqüências para o rosto que assumirá no futuro. Mais da metade de todos os frades vivem no hemisfério sul do planeta. O fato de que hoje 72% dos noviços pertençam às Circunscrições do hemisfério sul, nos diz que nesta parte do mundo haverá um incremento progressivo do número dos frades. Este é certamente um novo desafio para todos, mas ao mesmo tempo é um convite a incrementar na Ordem o diálogo sobre o carisma das origens e as modalidades de vivê-lo e realizá-lo em condições sempre novas. O trabalho acerca da renovação das nossas Constituições constitui uma ocasião formidável para iniciar uma conversa e aprofundar um dialogo intercultural que tem como base a transmissão de nosso carisma de Frades Menores Capuchinhos.

1. Algumas urgências do momento

4. Esta carta tem origem num elemento mais específico de quanto foi dito até agora. Quero com isso participar a vocês algumas preocupações que tenho comigo e que se fundam em dados observáveis. Tentarei fazer um elenco não exaustivo, consciente de que se trata de tendências. Encarando-as agora podem ser vistas na sua real dimensão, evitando alarmismos inúteis. Cabe às Instituições que citei acima fornecer dados ulteriores e elaborar propostas concretas para vivenciar plenamente o carisma capuchinho no presente e no futuro imediato. Antes de tudo é preciso reacender a chama de nosso carisma, lembrar que Francisco nos quis como frades menores e que no seu projeto de vida, institucionalmente fez abstração das conotações clericais e laicais, como traços constitutivos dos membros da Ordem.

5. Mas vamos às urgências às quais acenei e que recolhi como minhas impressões em vários pontos da Ordem. As visitas às várias Circunscrições, a presidência de Capítulos, o confronto com o Definitório Geral, mas também o estudo dos relatórios da metade do triênio, propiciam ótima observação sobre o que a Ordem está vivendo em vários níveis.

1.1 ONDE ESTÁ O ESPÍRITO MISSIONÁRIO?

6. O primeiro dado concreto diz respeito à queda na disponibilidade de ser enviado em missão para primeira evangelização ou para lugares em situações difíceis por razões econômicas, sociais e políticas. Repetidamente nossa Ordem é convidada por Pastores de Igrejas locais para assumir a responsabilidade pastoral de lugares onde é necessária a primeira evangelização ou onde ocorre fortalecer um trabalho iniciado há poucos decênios. Constatamos que é muito difícil aderir a tais pedidos, e isto também da parte de Circunscrições com um bom número de vocações. As maiores dificuldades devem-se ao fato de que este tipo de empenho requer grandes sacrifícios e freqüentemente exige estabelecer-se em lugares privados das estruturas de comunicação às quais nós estamos habituados um pouco em toda parte (acesso à internet, etc.). Preocupa-me o fato que muitos se concentram primariamente sobre o que poderia vir a faltar a si mesmos, enquanto nos esquecemos facilmente das pessoas que ainda não conhecem o Evangelho ou que precisam ser acompanhadas em sua caminhada

de integração dos valores cristãos. Posso citar-lhes mais de um caso onde se nota esta dificuldade de ir a territórios pobres e às vezes perigosos. Graças a Deus, tenho encontrado também jovens dispostos a partir imediatamente, para desafios novos e exigentes. Não quero tampouco esquecer os irmãos que há muito tempo dedicam a sua vida à missão.

A resistência a empenhar-se onde as condições de vida são difíceis, deve ser entendida no substrato de um elemento que caracteriza o nosso carisma capuchinho: prontos a andar onde ninguém está disposto a ir, prontos a deixar o eremitério para prestar sua ajuda incondicional a quem sofre de doenças incuráveis ou entre os que ainda não receberam o primeiro anúncio da fé. É parte integrante de nosso carisma assumir tarefas missionárias em fraternidade e promover em qualquer lugar o espírito fraterno, envolvendo as pessoas, enfrentando e resolvendo conjuntamente os desafios encontrados⁸.

1.2 A MISSÃO EXIGE TEMPO PROLONGADO

7. Outro dado que tenho encontrado diz respeito ao tempo consagrado à presença missionária. Existem Circunscrições que deram o seu “sim” para ir a um país ou território de “missão”, mas se encontram a mendigar ou às vezes a pelear com frades destinados à missão pois freqüentemente o tempo de permanência se reduz a três anos ou pouco mais. Alguns confrades condicionam a sua disponibilidade para a missão à promessa de poder em seguida prosseguir estudos superiores. Pergunta-se: como poderemos conhecer a fundo uma cultura se não nos damos nem o tempo de aprender e aprofundar a língua do lugar? Como poderemos amar a população a nós confiada se, com a mente e o coração estamos em outro lugar? Existe verdadeiramente o perigo de introduzir um tipo de obediência condicional: “Estou disposto a fazer o que me é pedido, contanto que não dure mais de tanto tempo!” Também neste caso não esquecemos os frades que há tantos anos vivem em contextos bastante diferentes dos de sua origem e estão dispostos a continuar na sua missão até à morte. As Circunscrições que enviam irmãos a outros países confiando a eles a tarefa da primeira evangelização ou de suporte às igrejas locais, devem

⁸ O nosso compromisso missionário é outro tema que merece especial atenção e aprofundamento. Lembro apenas que nossa Ordem consagrou ao tema o III Conselho Plenário. O artigo 1º do XII capítulo das nossas Constituições tem como título: *Serviço missionário da Ordem*.

empenhar-se em sustentá-los adequadamente para que não se sintam sós e deixados à sua própria sorte.

1.3 TRAZER NO CORAÇÃO UM PROJETO PARA O POVO

8. Vejo nos candidatos das jovens Circunscrições um desejo muito forte de poder um dia chegar-se às Circunscrições do norte, para adquirir estabilidade. Há quem pensa que por “ser de fato” capuchinho tenha adquirido o direito de ter acesso em seguida, a uma especialização universitária. É evidente que não podemos sustentar tal coisa, sob pena de nos tornarmos uma agência de promoção social. A Ordem não é contrária a garantir formação adequada a quem se destina à formação, ao ensino ou a outros serviços à fraternidade. Se não temos um projeto global para melhorar as condições de vida e de fé das pessoas, nos tornamos facilmente vítima de egoísmos de partido. Não nos “tornamos frades” só para nós mesmos, e nem também nos “fizemos frades” para ascender a um melhor padrão de vida, mas para viver o nosso carisma fraterno e testemunhá-lo no meio do povo, onde nascemos ou onde somos levados pela divina inspiração e com o mérito da santa obediência, sempre na partilha da condição social do povo humilde e dos pobres do lugar. E se somos convidados para estudos superiores é para que as pessoas a nós confiadas possam ser beneficiadas. Não sendo por isso, que sentido há?

1.4 PASSAR DE PROJETOS PESSOAIS A PROJETOS FRATERNOS

9. Nas Circunscrições onde as vocações são escassas e os candidatos, às vezes, têm uma média de idade elevada, percebo a forte tendência a considerar a escolha de nossa vida uma busca de auto-realização. O perigo é que cada um tenha seu próprio projeto pessoal para realizar sem ter em conta o da fraternidade. Deste modo o aspecto pessoal é exasperado e acentuado de modo totalmente individualista e narcisista. Quem abraça a nossa forma de vida deve ser orientado para ter consciência da forma de vida à qual renunciou, só assim poderá conscientemente assumir e exercitar a vida nova. O confiar-se à fraternidade, pronunciado no momento da Profissão dos Conselhos evangélicos, exige um verdadeiro e próprio caminho de descentralização, um passar do meu projeto pessoal ao fraterno. Neste contexto deve-se pôr em discussão também todas aquelas idealizações do nosso carisma que constituem um alibi para não

aceitar a fraternidade real, a dos irmãos que o Senhor de fato nos deu e não os que queremos. Quem chega a nós depois de ter passado por um processo de conversão, se os tempos do acompanhamento não foram adequados e bastante longos, freqüentemente tende a regredir a formas e visões não correspondentes ao nosso ideal e vida. A escolha de nossa vida se torna então um trampolim ou plataforma para algo que é profundamente estranho. Isto se torna possível porque uma parte de nós mesmos não tem bem claro o que quer ou também porque falta a franqueza no repreender um irmão que parece ter abraçado a nossa forma de vida de modo muito superficial.

1.5 QUE OS FRADES TRABALHEM

10. Aqui e ali aflora também uma nítida recusa ao trabalho manual e doméstico. Temos tantos empregados que nos habituamos desde os primeiros anos da formação a sermos servidos em tudo. Alguns o fazem para poder dedicar-se plenamente ao trabalho pastoral enquanto outros porque empenhados nos estudos. Neste caso é a vida fraterna que deve ser revista, pois nos reduzimos a rezar e a fazer as refeições juntos, mas tudo o mais é solicitado a outros. Os muitos empregados também tornam muito difícil o necessário redimensionamento das nossas presenças e, graças aos empregados pagos, cremos poder dar presença mesmo com um número reduzidíssimo de frades. O que se deteriora e morre é o testemunho de fraternidade. Que fazemos nós das repetidas indicações dos CPOs e outros documentos da Ordem para os quais todos nós devemos assumir uma parte dos trabalhos da casa?

2. Qual é a meta última da nossa opção de vida?

2.1 UMA VIDA DOADA

11. Qual é o nosso ideal de vida, se não o de uma doação total e incondicionada de nós mesmos a Deus e à humanidade inteira? Perguntemo-nos sinceramente: o que é que dá sentido à nossa opção de vida? Na fórmula da profissão dizemos: “Visto que o Senhor me inspirou a seguir mais de perto o Evangelho e os passos de nosso Senhor Jesus Cristo... faço voto a Deus e ... me entrego com todo coração a esta Fraternidade.” O que conta e o que caracteriza a nossa escolha de vida é a doação total e incondicionada de si mesmo. Que sentido tem falar de consagração, se colocamos condições e reservamos para nós mesmos, espaços de tempo e de lugar sobre os quais ninguém tem o direito de inquirir? Eu creio que, no respeito à vida interior de cada um, a fraternidade pode e deve pedir a cada irmão individualmente para viver intensamente aquilo que prometeu. Os três votos abrangem todas as esferas da vida, enquanto tocam o aspecto da livre realização de si mesmo (obediência), da propriedade (sem nada de próprio) e da vida afetiva (castidade). A consagração nos diz que colocamos à disposição, reservada a Deus e aos irmãos, não só uma parte, mas toda a nossa vida.

2.2 SEGUIR AS PEGADAS DE SEU FILHO DILETO, NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

12. São Francisco jamais parou de indicar no seguimento de Cristo, humilde e pobre, o caminho para chegar ao Deus Altíssimo, Uno e Trino⁹. Conformemo-nos Àquele que, sendo rico, esvaziou-se a si mesmo para assumir a condição de servo (Cfr. *Fl 2,7*), significa ter bem presente aquilo que nosso Senhor afirma de si mesmo: “Eu não vim para ser servido, mas para servir e dar a minha vida em resgata de muitos.” (*Mc 10,45*). Vêm em minha mente as palavras de nosso São Pio de Pietrelcina, o qual afirmava que sob a cruz se aprende a amar. O caminho da auto-realização cristã passa por um processo de esvaziamento: “quem perde a própria vida por minha causa e a do Evangelho encontrá-la-á” (*Mc 8,35*) . Recordamos também aquela forte afirmação, segundo a qual não há maior amor do que dar sua própria vida por quem se ama (Cfr. *Jo 15,13*). Abraçar a vida

⁹ Cfr. São Francisco, *Carta ao Capítulo Geral e a todos os frades* 62, FF 233.

evangélica significa crescer na dimensão de um amor capaz de doar-se, significa aprender a amar sem jamais voltar atrás.

2.3 A EXEMPLO DE FRANCISCO

13. Daí resulta que um dos valores a perseguir é exatamente o da disponibilidade, mesmo quando nos custa. Lembro o que São Francisco escreve na Carta a toda a Ordem: “Portanto, não retenham nada para si mesmos, a fim de que os receba totalmente aquele que totalmente se oferece a vocês.”¹⁰

No início das celebrações do Oitavo Centenário da confirmação da Proto-regra pelo Papa Inocêncio III, recordamos como Francisco chegou a esta opção de vida, depois de um longo percurso que o levou a uma verdadeira descentralização. Se antes evitava os leprosos porque lhe causavam náusea e permanecia firme nas suas sensações de desgosto, depois, graças ao próprio Deus, procurou-os e usou de misericórdia¹¹ para com eles. Em Francisco houve uma transformação de 180 graus: totalmente para Deus e para os irmãos. Não se consegue não reter nada para si se não passando por um processo de profunda e, às vezes, também dolorosa transformação. Mas, realmente, a nossa vida se torna bonita e sensata exatamente a partir desta dimensão do dom incondicionado, dimensão esta que somos chamados a assumir conscientemente.

Sinto necessidade de manifestar que não faltam aqueles que continuam a dar o seu testemunho de plena fidelidade e de solicitude para com as pessoas a eles confiadas, vivendo em condições bastante difíceis. Eu encontrei jovens que me disseram: “Ministro Geral, nós estamos prontos a partir para a missão a que nos destinar!” A reforma capuchinha se caracteriza por aquele radicalismo do qual falava acima e que a Igreja mesma não para de recordar-nos: ir onde ninguém está disposto a ir¹² e fazê-lo com alegria¹³. Só um coração que ama e quer o bem das pessoas mais abandonadas é capaz de fazer isto.

¹⁰ *Idem*, 37, FF 221.

¹¹ Sobre este aspecto particular cfr. PIETRO MARANESI, *Facere Misericordiam*, Assisi 2007.

¹² A afirmação de Pio XII dirigida aos Capuchinhos em 1949 é retomada no artigo de GIUSEPPE SCALVAGLIERI in *Laurentianum*, 48 (2007) 3, 377-476.

¹³ São as palavras que me dirigiu o Papa Bento XVI na Audiência privada de 5 de janeiro de 2007.

3. Quais são os valores a transmitir às novas gerações capuchinhas?

14. Para acolher profundamente a dimensão da doação incondicional de si mesmo, a iniciação à nossa vida deve fundamentar-se na transmissão de determinados valores e interrogar-se sobre a modalidade e os tempos desta transmissão. O caminho formativo exige, além disso, uma verificação precisa do que se transmite. E não tem sentido falar da transmissão dos valores centrais da nossa vida se, ao mesmo tempo, não se sente a forte necessidade de insistir na exigência de encarnar esses mesmos valores na vivência quotidiana de cada fraternidade e de cada frade. Não existe nada de mais deseducativo do que a falta de coerência dos formadores e, de certo modo, todos somos formadores, pelo menos com o nosso exemplo. É este um campo onde não é possível assumir uma posição de neutralidade: ou somos formadores ou nos tornamos deformadores!

3.1 A ESCOLHA DA VIDA FRATERNA EM MINORIDADE

15. O fim último de nossa escolha de vida é a consagração, a doação de nós mesmos. Cada gesto e cada ato tem sentido a partir da consagração. Acrescenta-se também que existe uma modalidade insubstituível em nosso modo de realizá-lo. Trata-se da identidade fraterna minorítica, herança preciosa de São Francisco. Este aspecto foi aprofundado abundantemente nos últimos decênios e foram feitos diversos contatos com as autoridades da Igreja para obter o reconhecimento de nosso carisma deixado por São Francisco. Quem escolhe a nossa vida, o faz em primeiro lugar para tornar-se um frade menor. Esta é a opção fundamental e que está antes de qualquer especificação subsequente. Na Ordem fundada por São Francisco não existem categorias, existem irmãos e existe cada irmão. Disso resulta que a vida fraterna e a capacidade de relacionar-se com todos indistintamente, deve ter a primazia em nossa caminhada quotidiana. Os meus predecessores escreveram páginas intensas sobre isto e os CPOs (cfr. I, 20-22; II, 22; IV, 14. 22; VII, 7) várias vezes iluminaram devidamente o mesmo aspecto. Todavia, a prática o confirma, a Ordem ainda está fortemente inclinada a favorecer em primeiro lugar a formação dos frades orientados às ordens sacras. Na formação inicial, em particular durante o pós-noviciado, a inclusão dos estudos filosóficos e teológicos, privilegia de fato a escolha clerical.

Somos uma Ordem de irmãos segundo a “revelação” que o Senhor fez a Frei Francisco, dando-lhe irmãos e mostrando-lhe que devem viver segundo a forma do Santo Evangelho¹⁴. Por isso as nossas Constituições afirmam: “Viver como irmãos menores uns para com os outros é a parte fundamental da vocação franciscana. Por isso a vida fraterna deve ser sempre e em toda parte uma exigência fundamental no processo de formação.” (*Const.* 23, 4)

3.2 A DIMENSÃO CONTEMPLATIVA

6. São Francisco atribui seu caminho de conversão e o início da nova fraternidade evangélica minorítica à intervenção do próprio Deus. Por isso não cessará jamais de restituir a Deus o que a Ele pertence, numa oração que assume sobretudo as conotações de louvar, de honrar, de bendizer, de agradecer e dar glória. E Francisco não se cansa de convidar os seus frades a fazer o mesmo, estendendo o convite a todos os povos, aos governantes, a todas as criaturas. Ele está dominado pela consciência de um amor que invade continuamente a sua existência e por isto ele cria formas sempre novas para proclamá-Lo e para envolver a fazer o mesmo, o maior número de homens e mulheres. O louvor nasce da contemplação, da prolongada meditação dos grandes eventos da história da salvação. É assim que se explica o seu enlevo na entusiasta afirmação: “Tu és tudo, Tu és a nossa riqueza suficiente!”¹⁵.

A reforma capuchinha surgiu a partir de um desejo profundo de retornar aos eremitérios, lugares afastados, que favoreçam a intimidade com Deus. As nossas Constituições, desde as primeiras páginas, nos convidam “a dar prioridade à vida de oração, especialmente contemplativa” (*Const.* 4,3). O prolongado estar na presença de Deus, dando-Lhe tempo e afetos, não impediu, mas antes tornou mais viva a sua capacidade de percepção dos sofrimentos dos outros e dos frades, quando se manifestava a necessidade de uma ajuda concreta, não interpunham nenhum obstáculo e com rapidez se colocavam ao serviço dos mais necessitados. Sem poupar-se. Pergunto-me se as reticências observáveis no campo da missão não nascem de um enfraquecimento na Ordem da dimensão contemplativa. Quem contempla um Deus que se doa todo a nós, um Deus feliz exatamente pelo gesto de doar-se¹⁶, não pode permanecer indiferente e não

¹⁴ Cfr. São Francisco, *Testamento*, 16, FF 116.

¹⁵ Cfr. São Francisco, *Louvres ao Deus Altíssimo*, FF 261.

¹⁶ H.U. von Balthasar, *Lo Spirito e l'Istituzione*, Brescia 1980.

pode sequer ficar de braços cruzados. De uma vida de oração pela metade só pode nascer um serviço pela metade, frágil, que desiste ao primeiro obstáculo encontrado ao longo do caminho.

17. “A prioridade do espírito e da vida de oração deve ser posta absolutamente em prática tanto pelas fraternidades como para cada um dos frades, onde quer que more como é exigido, pelas palavras e pelo exemplo de São Francisco como pela sã tradição capuchinha.” (*Const.* 53,1). Frequentemente nos contentamos em ter participado da oração da fraternidade, de ter recitado o breviário mesmo sozinho, sem nos preocupar-nos de dar um passo adiante, o de adquirir o espírito da oração. Este não pode surgir senão no terreno da interioridade pacientemente cultivada. Como chegar a esse espírito se passamos horas e horas a consumir indistintamente tudo o que é oferecido pelos meios de comunicação? É impensável chegar a ele sem capacidade de renúncia e sem ter bem claro quais são as prioridades da nossa vida.

3.3 APROXIMAR-SE DOS POBRES

18. As nossas Constituições não se cansam de repetir dois aspectos fundamentais da nossa escolha de vida franciscana de pobreza: “cultivar a pobreza radical, tanto pessoal como comunitária, juntamente com o espírito de minoridade” (*Const.* n. 4, 3). No parágrafo seguinte lemos: “Praticando entre nós mesmos a espontaneidade fraterna, vivamos alegremente no meio dos pobres, dos fracos e dos enfermos, partilhando sua vida e mantendo nossa abertura característica em relação ao povo.” (*Const.* 4, 4)

O que as Constituições afirmam é claramente o reflexo da vontade de São Francisco expressa com muita força em algumas passagens da Regra *não bulada*: “Todos os frades se empenhem em seguir a humildade e a pobreza de Nosso Senhor Jesus Cristo e se recordem de que nada nos é consentido ter, em todo o mundo, como diz o apóstolo, senão o alimento e as vestes e com isto devemos nos contentar.” E imediatamente após Francisco acrescenta: “E devem ficar alegres quando estiverem entre pessoas de pouca consideração e desprezadas, entre os pobres e fracos, entre os enfermos e leprosos e entre os mendigos ao longo da estrada”¹⁷. Essas suas palavras são ditadas pela experiência pessoal

¹⁷ São Francisco, *Regra não bulada*, IX, FF 29-33.

aprendida na própria pele o que significava aproximar-se dos leprosos e usar de misericórdia para com eles¹⁸. “Identificando-nos com a experiência de Francisco, vamos para junto dos ‘leprosos’ do nosso tempo empenhando-nos a usar de ‘misericórdia’ para com eles.” (*CPO VII*). Raramente a companhia dos pobres nos é cômoda e é natural que sintamos o desejo de evitá-los, de nos comportarmos como o sacerdote e o levita do Evangelho (Cfr. *Lc 10*). Exatamente por isto somos chamados a um longo caminho de conversão para aprender a ser seus companheiros de caminho e para aliviar suas penas. Se em nossa mente se insinuasse a preocupação de evitar o mais possível toda presença ou companhia dos mais pobres e abandonados de nosso tempo e da sociedade na qual vivemos, então é de perguntar-se seriamente com que direito continuamos a usar o nome de “frades menores”?

3.4 O CARISMA DA RENOVAÇÃO CONTÍNUA

19. A primeira e preciosa tarefa da formação “é a promoção dos frades e das fraternidades, para que a nossa vida seja cada dia mais conforme o santo Evangelho e ao espírito franciscano, segundo as exigências dos lugares e dos tempos” (*Const. 22,1*). Esta afirmação geral das nossas Constituições abrange tanto o tempo da formação inicial quanto o da específica e da permanente. Um caminho que prevê um percurso de crescimento. O mesmo texto das Constituições fala de “formação integral” sublinhando que toda a pessoa está envolvida. Nós, capuchinhos, nascemos como um movimento de reforma, com uma forte exigência de radicalidade, por isso a preocupação de renovação contínua deveria simplesmente fazer parte do nosso DNA! As nossas Constituições não deixam nenhuma dúvida a esse respeito quando afirmam: “Para podermos dar um testemunho claro dessa nossa vida, precisamos renovar-nos continuamente.” (*Const. 15, 1*) Quantos de nós estamos conscientes do fato de nossas Constituições conterem todo um capítulo, o sétimo, que tem como título: “A vida de penitência dos frades”? Está aqui o conteúdo de um dos valores típicos da nossa reforma, o da austeridade. “O espírito de penitência em uma vida austera é próprio de nossa Ordem; pois escolhemos uma vida dura a exemplo de Cristo e de São Francesco.” (*Const. 101, 5*) A que ponto está a escolha do caminho estreito, quando nos lamentamos logo que falta alguma coisa ou

¹⁸ Cfr. São Francisco, *Testamento*, 1-2, FF 110.

quando não é imediatamente satisfeito o desejo de ter tal ou tal objeto sofisticado? O VII CPO pede a todas as fraternidades que se empenhem “numa sincera revisão do nosso estilo de vida apostando numa efetiva solidariedade, evitando desperdícios inúteis, exagerado uso de carros e outros meios da tecnologia moderna, perguntando-nos se, de fato, quanto nós possuímos seja essencial à missão que deriva do nosso carisma.” (VII CPO, 26).

4. Como transmitir estes valores durante a formação inicial?

20. Os objetivos da formação inicial são formulados de modo claro e integral pelas nossas Constituições 25, onde se afirma que os candidatos, guiados pelos formadores, são preparados progressivamente para a vida franciscana evangélica. O processo de iniciação é em seguida explicitado na íntegra em cada etapa: postulado, noviciado e pós-noviciado. Isto implica numa abertura contínua e generosa, a Deus, à fraternidade e ao mundo inteiro. Se o objetivo final da formação inicial é a doação de si generosa e incondicional ao seguimento de Cristo nos passos de Francisco, as diversas etapas devem servir principalmente para isto. Onde se adverte que existem problemas na obtenção deste resultado é necessário rever e reajustar as modalidades para chegar àquele espírito de disponibilidade total. Recordar-se, ainda uma vez, como princípio geral, a necessidade de ter um itinerário educativo igual para todos os candidatos ao longo das três etapas da formação inicial.

21. Desejo esclarecer o meu pensamento, pois temo que, tão logo se acene às correções que atingem a certos percursos formativos, sobretudo quando se toca na etapa do pós-noviciado, nós nos perdemos numa longa e inútil inquisição sobre se esta etapa deve ou não prever o estudo da filosofia em vista do estudo da teologia. O ponto principal da questão não é este, mas antes o de identificar a fórmula que melhor permita atingir o objetivo formulado acima: uma disponibilidade a todo campo. A referência primária desta etapa deve ser a da consagração religiosa e da profissão da nossa vida, e não o da preparação para o cumprimento dos deveres e/ou ministérios específicos.

22. Não é aqui o caso de inventar algo de novo, mas simplesmente reforçar e trazer luzes ao que é proposto pelas nossas Constituições. Aí estão os elementos que são conscientemente introduzidos e dos quais ainda não se teve uma boa colheita. Refiro-me em particular ao fato de que quando as Constituições falam de formação inicial se usa a categoria da iniciação.

4.1 UM CAMINHO DE INICIAÇÃO

23. As nossas Constituições distinguem três etapas do caminho formativo que deve abranger toda a nossa vida: iniciação à nossa vida, formação especial e formação permanente. A iniciação é orientada à consagração religiosa segundo a especificidade de nossa forma de vida e à progressiva inserção em nossa fraternidade através do postulado, do noviciado e do pós-noviciado (*Const.* 27). A iniciação à nossa vida está em função do ser frade, enquanto a formação especial se põe em função do agir dos frades. Como formação especial as Constituições entendem o percurso de preparação inicial à vida apostólica à qual cada um de nós é chamado a desenvolver seja no ministério ordenado ou com uma atividade de tipo profissional, variada e intensa.

O termo iniciação foi introduzido nas Constituições de 1968 e foi escolhido deliberadamente em analogia à “iniciação cristã”. Isto significa que o acento principal no caminho formativo se põe na transmissão e no aprendizado progressivo dos valores e das atitudes fundamentais da nossa vida, valores aos quais há pouco acenei, mesmo se brevemente. No centro da preocupação do formador não deve estar a constatação de quanto um candidato conhece a propósito de nossa forma de vida, com todas as referências históricas do caso, mas antes até que ponto está decidido. O caminho formativo comporta necessariamente um caminho de transformação ou uma conformação a um modelo de vida como nos é proposto por Cristo e por São Francisco. O carisma franciscano capuchinho não é algo abstrato: são as pessoas individualmente que devem incarná-lo. Quantos de nós abraçamos esta vida porque encontramos um frade que nos impressionou profundamente! Daí nasceu o desejo de abraçar a mesma forma de vida. Isto não acontece num dia, mas exige um caminho a percorrer progressivamente e onde é necessário deixar-se guiar. Eis porque a dimensão primeira da formação inicial será ulteriormente aprofundada: devemos elaborar uma visão integral do caminho a propor em vista de atingir uma sólida conformação ao nosso carisma. Ocorre esboçar as modalidades deste caminho progressivo, de modo que os vários agentes da formação, ministros e formadores encarregados das várias etapas da formação inicial, disponham de referências válidas e seguras para desenvolver o seu serviço.

24. Ao formador incumbe uma grande responsabilidade. O desafio que tem diante de si não é pequeno, mas que deve ser considerado do ponto de vista da beleza do percurso a seguir. Fundamentalmente trata-se de introduzir alguém

numa forma de vida que foi abraçada pessoalmente e da qual nos sentimos orgulhosos. O formador é chamado a exercer uma verdadeira paternidade psíquica e espiritual, favorecendo o caminho de crescimento, deixando a cada um o tempo de assimilar e de amadurecer, intervindo quando se trata de reajustar o caminho e de levar o candidato a uma nova etapa. Trata-se necessariamente de um percurso progressivo que deve propor, a quem se põs neste caminho, desafios graduais. A formação deverá ser configurada de modo a consentir um real crescimento na maturidade afetiva, na fé “adulta” e na interiorização dos valores. A iniciação traz consigo também o aspecto experiencial, momentos nos quais o irmão em formação é confrontado concretamente com os vários aspectos dos valores de que se falava. Não esquecerei jamais, a tal propósito, quanto foi enriquecedor para mim o mês em que fui convidado a viver com os mendigos da cidade de Zurique durante o meu caminho de formação. Em alguns momentos pensei que não superaria o desafio, porque faltava o ambiente sereno e protegido do convento, contudo aprendi a ver o pobre não mais sob o manto do romantismo, mas como uma pessoa em grave dificuldade e muitas vezes marcada em todas as dimensões do seu ser. Agradeço aos meus formadores de então que nos prepararam para viver esta experiência e em seguida nos ajudaram a ter consciência do caminho feito. Neste sentido, o caminho formativo deve assumir as conotações de um verdadeiro processo e se evite toda forma de fragmentação.

25. Para os formadores das várias etapas é importante poder valer-se do apoio da fraternidade, que se sintam envolvidos e co-responsáveis no trabalho formativo. O dever da iniciação e da formação inicial específica é de toda a fraternidade. É, pois tarefa dos Ministros prestar especial atenção quando compõem as fraternidades nas quais si cumprem cada etapa do caminho de iniciação à nossa vida. Parece-me útil exortar os Ministros, a seguir com muita atenção e com zelo todas as pessoas empenhadas no caminho formativo inicial.

26. A nossa legislação nos indica três etapas precisas da iniciação à nossa vida: postulado, noviciado e pós-noviciado. Cada uma delas tem seu objetivo que constitui a base sobre a qual se constrói a próxima. A meta é a da profissão perpétua, consagração generosa de toda a própria vida a Deus na Ordem. A decisão de cumprir este passo deve surgir de uma freqüência assídua do Mistério do amor de Deus revelado em Jesus Cristo. Essa não pode ser senão a resposta generosa que o candidato se sente de dar Àquele que desde sempre o

precedeu num ato de amor generoso e incondicionado. Isto significa que o caminho formativo tenha assumido, de modo concreto e progressivo, a característica de um caminho mistagógico. Eu me pergunto se às vezes, diante do contínuo adiamento da decisão de emitir a profissão perpétua, não se esconda o fato de que o candidato tenha permanecido fundamentalmente centrado em si mesmo, incapaz de colher o Cristo que se deu a nós na plenitude de seu gesto de amor. O temor de perder algo, de horizontes de vida que não poderão ser sondados porque a escolha que se me pede é definitiva, revela, uma vez mais, o apego a si mesmo, a incapacidade de fazer a passagem do eu ao tu de Cristo. As numerosas defecções no período da profissão temporária poderiam encontrar sua razão profunda no fato que neste tempo o caminho das iniciações sofre um forte compasso de espera e a prioridade é dada à aprendizagem das matérias propedêuticas à teologia. Não basta inserir uns meses (ou mesmo um ano) antes da profissão perpétua para retomar o caminho mistagógico. A fragmentação não pode dar senão frutos problemáticos e imaturos.

4.2 ACOMPANHAMENTO PERSONALIZADO

27. O caminho da iniciação é uma proposta feita a todos os candidatos a nossa vida nas várias etapas do percurso de formação inicial. Todavia, é necessário que haja também o acompanhamento personalizado, pois acolher e integrar o que é proposto, é algo que varia de pessoa para pessoa. Isto vale tanto para os candidatos que entram na idade adulta como para os que entram muito jovens. Quem escolhe a nossa vida, é chamado a deixar para trás toda uma realidade de afetos e de realizações para abraçar um novo ideal, nem sempre, imediatamente assimilado. A passagem que descrevemos pode não acontecer, mesmo que nas aparências o candidato se mostre adequado a todos os comportamentos dele esperados. O acompanhamento pessoal permite ao candidato enfrentar os desafios de cada passo proposto pelo formador, de dar-se conta de que uma adequação somente exterior não poderá jamais realizá-lo. Aprende, outrossim, a identificar quais os obstáculos mais difíceis de superar, e aprende também a conhecer-se melhor e a experimentar em seu íntimo a beleza do caminho que lhe é proposto. É indispensável que se conscientize do que quer fazer da sua vida diante do chamado que o Senhor lhe dirigiu.

28. O processo formativo exige também que sejam feitas verificações oportunas do caminho percorrido por cada candidato. O acompanhamento lhes permitirá assumir a futura interiorização dos valores proclamados e constatar se já atuam na vida, nas suas escolhas, em seu modo de pensar e de agir. Integrar e consolidar os novos valores exige uma caminhada paciente, lenta, progressiva. Por isso não podemos nos contentar pelo fato de que alguém seja um ótimo executor do quanto lhe é proposto. O fato de obedecer exatamente ao que é pedido não revela necessariamente que o candidato à nossa vida acolheu a orientação em seu coração. Nisto acho absolutamente genial o que nos deixou São Francisco quando fala da obediência caritativa. Isso revoluciona completamente o discurso e dá um salto qualitativo de grandíssimo nível. Obedecer amiúde significa simplesmente executar uma ordem e isto eu posso fazer também sem aderir interiormente ao que me é pedido. No melhor dos casos eu adiro e faço como num ato de confiança em quem me pediu algo. De passivo me torno ativo! Faço meu o que num primeiro momento me parecia como uma ingerência proveniente do exterior. Mas Francisco, na III Admoestação, explicita seu pensamento retomado e bem estruturado pelas nossas Constituições (*Const.* 164-167), propondo-nos um tipo de obediência que simplesmente supera o ser executor para assumir as conotações de iniciativa pessoal¹⁹. Não espero que me peçam algo, exatamente porque estou atento às necessidades que vejo, eu tomo a iniciativa e ajo antes. Torno-me propositivo em relação a cada irmão e a toda a fraternidade. Existem os que jamais tomam uma iniciativa por medo de errar e de arcar com as conseqüências. Isto é muito perigoso, pois significa que alguém cresce unicamente sob o signo do medo. Basta pensar na parábola dos talentos no relato de Lucas! (Cf. *Lc* 19). É realmente para questionar-se quando um candidato jamais manifesta interesse particular por nossa história, pelos confrades ou pelos trabalhos de uma Circunscrição. Está presente fisicamente, mas ninguém sabe onde está seu coração!

29. Compete em primeiro lugar ao formador responsável por uma etapa específica acompanhar o candidato no caminho de integração dos valores significativos de nossa particular forma de vida. Cabe a ele mostrar-lhe a meta a atingir e as modalidades do caminho a percorrer. Assim ele é mais do que um observador neutro, pois envolve a si mesmo e a sua própria opção de vida na

¹⁹ Cfr. São Francisco, *III Admoestação*, FF. 148-151. Cfr. sobre este tema, Giovanni SALONIA, *Odòs – La Via della vita. Genesi e guarigione dei legami fraterni*, Bologna 2007

delicada tarefa que lhe foi confiada. Convicto da bondade de nossa forma de vida, ele não teme propor ao irmão que acompanha, novos desafios em vista da meta a atingir. Se em seu coração está o interesse pelo crescimento do candidato, não deixará, se necessário, de interpelar-lhe para fazê-lo sair da tibieza. Como foi indicado acima, o formador é chamado a exercitar uma paternidade, sendo o seu dever promover o crescimento humano e espiritual do jovem a ele confiado. Neste sentido eu acho que se trata de um dever apaixonante e de grande responsabilidade. Hoje muitos temem assumir esse trabalho. Seu temor não se deve unicamente ao fato de pensar em não estar suficientemente preparados para o encargo, mas pela distância que se interpõe entre o formador e o resto da fraternidade. A incerteza do formador, na maioria das vezes, não é senão um reflexo da incerteza de toda a fraternidade. Não basta ter adquirido uma competência profissional se a fraternidade como tal parece ter perdido a bússola e atravessa uma profunda crise de identidade. Neste sentido o formador não pode suprir as deficiências de todo um grupo. Com isso quero dizer que a crise dos formadores é sempre a crise de toda uma fraternidade. Devemos trabalhar muito ainda para melhorar a preparação específica dos formadores, dando-lhes instrumentos humanos e espirituais adequados, mas isto não basta. Aos responsáveis pelas várias Circunscrições quero lembrar o quanto é importante a formação permanente entendida como caminho contínuo de renovação da nossa vida. Neste sentido me parece evidente que muitas das dificuldades que encontramos no plano da formação inicial não são senão o reflexo de uma crise que estamos vivendo em outro plano. Disto deve nascer a consciência de que estamos todos diante de um grande desafio e uma responsabilidade que envolve a todos. Não me causam temor os frades que afirmam que a Ordem está passando por uma crise de identidade, mas os que, acomodados, abandonaram toda a busca e não têm a menor preocupação em avançar para novos horizontes. Aos formadores devemos muito reconhecimento e toda a Ordem deve sentir-se comprometida em dar-lhes apoio, criando as condições para que possam realizar serenamente o seu trabalho.

5. Os tempos do caminho formativo inicial – algumas observações

30. Levar um candidato até à profissão perpétua, verificando se fez uma progressiva assimilação dos nossos valores e que esteja em condição de assumir a sua vida e as relativas escolhas a partir de sua consagração a Deus em nossa fraternidade, exige, além do que foi amplamente apresentado, o tempo necessário para que isso possa acontecer. As nossas Constituições previram sabiamente três etapas com uma duração mínima de 5 ou 6 anos: postulado, noviciado e pós-noviciado. A realidade se tornou muito complexa e hoje não podemos prescindir de diferenciar o discurso sobre os tempos necessários para realizar o caminho da formação inicial. Esta carta, digo mais uma vez, não pretende enfrentar todos os pontos e as dificuldades que se apresentam ao longo deste caminho. Interessa-me, porém, iluminar alguns problemas e indicar alguns pontos nodais, onde a Ordem é chamada a assumir decisões que orientem de modo diverso o caminho.

5.1 O POSTULANTADO

31. Entrando no mérito dos percursos de formação inicial da Ordem, devemos considerar dois dados fundamentais: existem áreas geográficas, sobretudo as do hemisfério norte, nas quais quem nos procura, o mais das vezes, já é adulto e traz consigo um caminho de vida e de busca mais ou menos longo, enquanto em outras regiões, sobretudo as do sul, vigora ainda um *percurso* seminarístico, onde os jovens buscam a nossa vida antes dos vinte anos de idade. Por diversas razões, em ambos os casos, se adverte sobre a necessidade de prolongar o período que precede o noviciado. Ao norte, muitos candidatos vêm a nós após uma experiência de conversão e depois de ter deixado por muito tempo toda prática religiosa, por isso se adverte urgentemente a necessidade de um adequado caminho catequético e de uma integração progressiva dos valores religiosos básicos. No sul, pela pouca idade dos candidatos, chama-se a atenção para a necessidade de favorecer o processo de maturidade que permita fazer opções conscientes e responsáveis. Eis porque algumas Circunscrições, sobretudo as da Índia, me informam que previram além do tempo do aspirantado, dois anos de postulante, mais um ano de pré-noviciado. Por diversas razões a necessidade de prolongar os períodos que precedem o

noviciado parece ser uma exigência comum a todas as Circunscrições da Ordem. A escolha de intensificar este período e de diferenciá-lo nas propostas formativas é louvável e necessário. Toda esta fase é dedicada principalmente ao discernimento vocacional e quem pede para ser admitido ao noviciado deve estar plenamente consciente do que pede. Algumas Circunscrições, exatamente para prolongar o período do discernimento e favorecer uma sã maturação antes da entrada no noviciado, optaram por antecipar o estudo da filosofia para o período do postulante. É de se perguntar: não seria mais oportuno buscar essa meta aplicando-se ao aprofundamento do que é proposto nas nossas Constituições para esta primeira etapa da formação inicial?²⁰

5.2 O NOVICIADO

32. O noviciado parece ser a etapa que tem menos problema. Decididamente é também a etapa mais protegida pela legislação da Igreja. É durante este período que os candidatos são iniciados mais intensamente em nossa vida e fazem uma experiência mais profunda (*Const.* 29). Onde o noviciado é comum a várias Circunscrições, surgem aqui e acolá dificuldades sobre a impositação mais ou menos rígida a ser dada a ele. Para mim em geral, o perigo parece ser a excessiva idealização desta etapa, o que pode fazer pensar que seja este ano suficiente para lançar as bases para toda a vida que segue. Concluo do fato que em muitos lugares o período que se segue o do pós-noviciado, é consagrado em primeiro lugar aos estudos acadêmicos, descuidando-se a dimensão iniciática desta etapa formativa. Este é um desafio que exige uma reflexão aprofundada por todos. Reflexão à qual deverão seguir, mais cedo ou mais tarde, decisões apropriadas.

5.3 O PÓS-NOVICIADO

33. Agora é importante dedicar a nossa atenção à etapa do pós-noviciado. Faz anos que esta é a etapa mais controversa e que suscita o maior número de interrogações. Talvez tenhamos feito do noviciado um mito e por isso a etapa sucessiva aparece bastante enfraquecida tanto nos seus conteúdos como na sua modalidade. O pós-noviciado deve ser considerado, em primeiro lugar, como o tempo em que os valores aprendidos no noviciado são aprofundados e

²⁰ *Const.* 28,2, Cfr. também os Atos do Encontro sobre o Postulante em *Analecta OFM Cap* 109 (1993), 475-483.

integrados na vida de cada irmão professo temporário, na realidade de cada dia. De fato, ninguém poderá ser admitido à profissão perpétua, se estes valores, além de estarem integrados, não estão ainda consolidados e sem que cada candidato dê suficiente garantia de poder viver com empenho e serenidade os seus votos. Vivida com coerência, a nossa vida é fonte de júbilo e de serenidade! Não podemos deixar de verificar se os valores propostos entraram efetivamente na vida do professo temporário. Isso leva tempo e exige modalidades formativas adequadas. A meta permanece a da consagração definitiva e da consolidação de uma atitude de disponibilidade incondicional à fraternidade para o bem e o crescimento do Reino de Deus.

34. Tratando deste assunto, o perigo imediato é o de perder-se numa dissertação estéril sobre os modos de como estruturar este período. Em si não se trata tanto de discutir se durante o pós-noviciado eles devem ou não estudar. É natural e ninguém o contesta que também o postulante e o noviciado são tempos de estudo. O pós-noviciado também deve ser tempo de estudo. E de se perguntar antes: que tipo de estudo se pode fazer durante o pós-noviciado? As nossas Constituições não excluem o estudo durante este período e até prevêm que: “De acordo com as próprias inclinações e graças, os frades dediquem-se a um estudo mais profundo da Sagrada Escritura, da teologia espiritual, da liturgia, da história e da espiritualidade da Ordem, e exerçam apostolado de diversas formas e também trabalhos domésticos. Tal formação, porém, deve ser feita sempre em função da vida e do amadurecimento contínuo das pessoas” (*Const.* 30,3). É evidente que o tipo de estudo previsto pela nossa legislação visa em primeiro lugar reforçar a inserção na vida consagrada e o aprofundamento dos vários aspectos do nosso carisma. Por outro lado, no parágrafo precedente, as Constituições afirmam que “como a vida fraterna evangélica ocupa o primeiro lugar em nossa vocação, deve ter prioridade também no tempo de pós-noviciado. Por isso, dê-se a todos os frades a mesma formação religiosa, em tempo e modo determinados pelo Ministro Provincial com consenso do Definitório” (*Const.* 30,2). O IV CPO fala nestes termos: “é o período de aprofundamento e de maturação de empenho assumido na primeira profissão e prepara os frades para a profissão perpétua como escolha definitiva da vida evangélica” (CPO IV, 67). Estes textos falam de estudo e de aprofundamento finalizados na escolha definitiva da nossa vida, não falam de formação especial a fim de receber ordens sacras (Cfr. *Const.* 39). Não esqueçamos que o acento é posto no fato que esta formação é destinada a todos os frades enquanto frades; o

que significa que esta finalidade está na base e no objetivo da iniciação à nossa forma de vida, e prescinde da escolha de orientar-se ou não para as ordens sacras. Na realidade, porém, embora o termo “pós-noviciado” seja de uso comum na Ordem, isso parece ser entendido em primeiro lugar como nova denominação do que antes era chamado Estudantado filosófico-teológico ou Seminário.

35. Do exposto sobre as tendências que preocupam os valores a serem transmitidos e as modalidades e os tempos para fazê-lo, creio que o argumento central de toda a discussão não pode ser se se deve estudar ou não, no período do pós-noviciado, mas antes sobre o modo e os tempos que promovam a maior e progressiva iniciação à nossa vida e aos valores que são seu fundamento. E não é nem sequer uma questão de modelos vários: experiencial ou seminarístico²¹. Sobre isso devemos ser muito coerentes, pois corremos o perigo de querer atingir a vários objetivos contemporaneamente: por exemplo, o da preparação à profissão perpétua e o da formação em vista das ordens sacras. Não nos damos conta, infelizmente, de que assim temos uma falta de clareza, em detrimento do objetivo primário a atingir: a maturidade afetiva, a fé “adulta” e a interiorização dos nossos valores, premissas fundamentais para aceder à profissão perpétua; as condições indispensáveis para enfrentar o estudo científico da filosofia e da teologia com as suas sérias e envolventes exigências.

O IV CPO, 22 afirmava: “É preciso distinguir claramente a formação para o sacerdócio ou a uma profissão. Sobretudo nos primeiros anos da iniciação, a formação para a nossa vida deve ter a prioridade absoluta”. Nos casos em que o programa do pós-noviciado atualmente prevê a inserção de parte da formação especial, é preciso avaliar a sua impositação e verificar até que ponto ela corresponde às exigências da iniciação à nossa vida de acordo com as Constituições. Sobretudo é preciso dispor de um programa que salvaguarde efetivamente a prioridade da consagração religiosa e da nossa forma de vida fraterna, assegurando de fato e em tudo a mesma formação para todos os candidatos.

36. Diante dessas inquietantes tendências que sublinhei no início da carta, devemos nos interrogar seriamente sobre o caminho a tomar para atingir o objetivo: a doação total, jubilosa e desinteressada de si, em cada um dos candidatos à nossa vida. Com esta carta quero comunicar a todos os frades da

²¹ *Analecta OFMCap*, 120 (2004) 1043.

Ordem qual é o meu desejo e do Definitório Geral para iluminar as dificuldades do momento, mas, sobretudo para envolver a Ordem numa reflexão construtiva sobre as modalidades para atingir, em novas condições, a disponibilidade completa que me parece ser o fruto mais belo de todo o caminho de consagração. Estou consciente de que existem Circunscrições que conhecem outros tipos de dificuldade, diversas das acima mencionadas, mas o que é importante é a possibilidade de instaurar um clima fraterno de diálogo sobre um tema tão delicado, como é o da formação inicial. O diálogo deve acontecer sempre à luz do que prometemos e para o que pretendemos conduzir as pessoas que pedem abraçar a nossa forma de vida. Em outras palavras, cada um de nós deve ter sempre presente o carisma que nos deixou São Francisco e o que a reforma capuchinha amadureceu. Nós não podemos nos contentar com soluções baratas, talvez individuadas em referências a um mal compreendido critério de pluriformidade. As formas podem ser diversas, mas não certamente de baixo valor!

6. Pontos firmes

37. Queremos dialogar com todos vocês sobre como melhorar o percurso da formação inicial em nossa Ordem. O que não significa querer redefinir tudo. O que afirmam as Constituições é válido e exige que seja feito com exatidão e fidelidade: a grande intuição da Ordem sobre a *iniciação dos candidatos à nossa vida* ainda não foi compreendida e nem suficientemente aprofundada. Por conseguinte, salvo ajustes secundários e casos episódicos, em geral a impostação da formação inicial permanece mais ou menos como a tradicional.

As Constituições de qualquer modo poderão posteriormente ser enriquecidas e melhoradas. Antes, exatamente em referência a alguns aspectos da formação, as Constituições deveriam ser integradas a fim de que na Fraternidade se desenvolva mais o senso de comunhão e de colaboração não só das Circunscrições entre si, mas também com o centro da Ordem e que isto possa oferecer a cada Fraternidade todo contributo possível para a iniciação dos candidatos, para a formação inicial e permanente dos frades. O delicado setor da formação constitui um desafio contínuo para todos; se de um lado a responsabilidade imediata recai sobre os Ministros das Circunscrições, por outro, envolve o Ministro Geral, que a nível de Ordem, junto com o Definitório, deve assumir a função da animação e do governo, da qual não pode abdicar, posto que a formação dos religiosos é uma obrigação direta e inalienável de todo Instituto.

38. Adverte-se, portanto a exigência de dotar a Ordem de uma *Ratio formationis* ou “Projeto Formativo”, no qual sejam expostos os objetivos, os programas e os itinerários concretos de todo o processo formativo dos frades. Antes de elaborar esse projeto, como seu pressuposto, é necessário que se defina e se descreva ao menos em grandes linhas o específico percurso da iniciação à nossa vida nas três etapas do postulante, do noviciado e do pós-noviciado. A “iniciação à nossa vida”, considerada pelas Constituições em analogia à iniciação cristã, implica num esboço concreto de um caminho “catecumenal” que conduz à profissão perpétua em nossa Ordem.

É igualmente necessário que seja delineado melhor o tipo de formação específica para os frades que se preparam às ordens sacras. Só depois destes trabalhos preliminares será possível orientar o trabalho da *Ratio formationis* ou do

“Projeto Formativo” no sentido estrito. Desde agora empenhamos o Secretariado Geral da Formação a fim de que, com a contribuição de “peritos”, ajude a Ordem a dar os devidos passos nesta direção.

Também cada circunscrição ou grupo de circunscrições, como já é previsto nas Constituições (*Const.* 24,7), devem ter o seu plano formativo. Estes instrumentos particulares devem ser coerentes com o nosso carisma.

39. Desejo, além disso, recordar outros aspectos que a Ordem andou amadurecendo nos últimos tempos e que são considerados “pontos firmes” e de referência também para o futuro:

- Há Circunscrições que têm poucos candidatos à nossa vida e que iniciaram uma caminhada de colaboração com outras Circunscrições para garantir as melhores condições para o próprio percurso formativo. Trata-se de uma escolha justa e sábia, pois assim se permite a cada candidato cumprir o percurso formativo junto com outros e usufruir da presença de um ou mais formadores “livres de todo empenho que possa impedir o cuidado e a orientação dos candidatos” (*Const.* 26,4). Certamente não é oportuno interromper uma relação de colaboração pelo simples fato de num ano se dispor de um maior número de “próprios” candidatos. A nossa Ordem deve ainda amadurecer para ter colaboração em todos os níveis, e não só no campo formativo, um valor a perseguir e a reforçar.

- Hoje é comprovado que o caminho de iniciação à nossa vida exige o acompanhamento personalizado que permita a cada irmão caminhar expeditamente e enfrentar os aspectos que o atingem de perto e exigem que ele tenha maturidade. Algumas Circunscrições que dispõem de muitos jovens em formação optaram por comunidades com dez candidatos, no máximo. Isto lhes permite consolidar as premissas do profícuo caminho de integração fraterna e de garantir a cada um o acompanhamento necessário. As Circunscrições ou grupos de Circunscrições que continuam, durante o tempo da iniciação, a ter casas de formação com um número considerável de jovens em formação (20, 30 ou mais), devem interrogar-se seriamente e avaliar responsabilmente se deste modo si garante efetivamente, com um acompanhamento personalizado, a iniciação à vida de consagração e a aprendizagem da vida fraterna. Parece evidente que, para chegar aos objetivos acima expressos, o número elevado de formandos reunidos na mesma fraternidade, certamente não constitui uma

condição favorável a um bom acompanhamento. Pode-se tentar remediar acentuando a disciplina, mas isso não pode ser equiparado *sic et simpliciter* ao ato de formar!

- O pós-noviciado é a fase da iniciação em que são aprofundados e integrados os valores transmitidos durante o noviciado em vista da profissão perpétua. Contemporaneamente aos momentos de estudo previstos pelas nossas Constituições (*Const. 30, 3*), a serem realizados segundo as modalidades típicas da iniciação, (o jovem) é fortalecido com prolongada experiência de vida ao lado dos pobres, inserido em compromissos pastorais, dedicando-se aos serviços domésticos, ao trabalho manual e à oração contemplativa, como momentos formativos irrenunciáveis. É importante que esta dimensão experiencial não seja um fato fragmentado, mas acompanhe o irmão na formação ao longo de todo o caminho desta etapa específica que leva à profissão definitiva em nossa vida.

- Atualmente ocorre que durante o pós-noviciado os candidatos à nossa vida freqüentam cursos de formação inicial específica em Institutos religiosos externos. Tais situações sejam seriamente avaliadas e eventualmente revistas à luz do significado e da meta do pós-noviciado, além da sua índole própria em função da vida religiosa em nossa Ordem. Em cada caso também em tais situações deve seguir-se quanto foi dito acima a fim de que efetivamente seja garantido aos candidatos fortes referências em tudo o que diz respeito ao nosso carisma franciscano e capuchinho.

7. Conclusão²²

40. Existem outros temas que eu queria tratar com vocês nesta carta e que estão, de modo especial, no coração do atual Definitório Geral. Refiro-me de modo particular aos temas ligados à formação inicial específica em preparação à vida apostólica no ministério ordenado ou em outra profissão e à formação permanente, à colaboração entre as Circunscrições como valor a ser promovido em todos os níveis da formação e em outros âmbitos da nossa vida, no apostolado ou nos projetos de casas de oração e de acolhimento. Eles serão o tema da próxima carta.

41. Gostaria de solicitar que cada um se interrogue a quem entregou a sua vida e qual é o modo de viver a própria consagração. É importante interrogar-se por quem e por qual causa estou disposto a dar a minha vida! Renovando em nós o sagrado fogo da nossa vocação, estou convencido de que conseguiremos também renovar as pistas a serem propostas para o caminho da formação inicial. Ela não pode ser apenas atributo dos Superiores e dos formadores, mas diz respeito a todos os frades. Diante dela não se pode manter distância ou assumir uma posição neutra. Tudo isto será claramente em prejuízo do caminho formativo. A vida religiosa é vivida em tempos, lugares e culturas bastante diversas. A nós cabe o desafio de enfrentar estas dimensões com espírito fraterno e num clima de comunhão. Todos sairemos enriquecidos! Que o nosso Pai e fundador, São Francisco, abençoe o nosso empenho neste campo!

Frei Mauro Jöhri
Ministro Geral OFMCAP

Roma, 8 de dezembro de 2008,
Solenidade da Imaculada Conceição

²² Ao redigir esta carta me inspirei entre outras fontes, nos três anos passados no Instituto de Formação Integral de Montreal. Para posteriores referências ver: Jeannine GUINDON, *Vers l'autonomie psychique. De la naissance à la mort*, Montréal 2001

Sommario

| | |
|--|----|
| 1. Algumas urgências do momento..... | 8 |
| 1.1 Onde está o espírito missionário? | 8 |
| 1.2 A missão exige tempo prolongado | 9 |
| 1.3 Trazer no coração um projeto para o povo..... | 10 |
| 1.4 Passar de projetos pessoais a projetos fraternos..... | 10 |
| 1.5 Que os frades trabalhem..... | 11 |
| 2. Qual é a meta última da nossa opção de vida? | 12 |
| 2.1 Uma vida doada..... | 12 |
| 2.2 Seguir as pegadas de seu Filho dileto, nosso Senhor Jesus Cristo | 12 |
| 2.3 A exemplo de Francisco | 13 |
| 3. Quais são os valores a transmitir às novas gerações capuchinhas?..... | 14 |
| 3.1 A escolha da vida fraterna em minoridade..... | 14 |
| 3.2 A dimensão contemplativa | 15 |
| 3.3 Aproximar-se dos pobres..... | 16 |
| 3.4 O carisma da renovação contínua..... | 17 |
| 4. Como transmitir estes valores durante a formação inicial?..... | 19 |
| 4.1 Um caminho de iniciação | 20 |
| 4.2 Acompanhamento personalizado..... | 22 |
| 5. Os tempos do caminho formativo inicial – algumas observações | 25 |
| 5.1 O postulante | 25 |
| 5.2 O noviciado..... | 26 |
| 5.3 O pós-noviciado..... | 26 |
| 6. Pontos firmes..... | 30 |
| 7. Conclusão..... | 33 |

